

A FALTA DO DEBATE SOBRE A RAÇA NEGRA NAS ESCOLAS E A BANALIZAÇÃO DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Davi Cerqueira da Silva ¹

RESUMO

Caracterizado como o preconceito de raça e cor, o racismo é uma vertente presente no Brasil desde a época da escravidão, até os dias de hoje, o que reverbera num processo de estruturalização da conduta escolar, no que tange a conversas e debates sobre o tema nas instituições de ensino. Nesse sentido, o artigo traz ao público o debate sobre a importância da representatividade na escola, inclinando-se a conversa e demonstração da cultura negra como espaço aberto a todos os alunos, sendo algo que deve pertencer, na prática, no currículo de escolas públicas e privadas do Brasil. O presente artigo conversa com o leitor, também, em segundo lugar, com a banalização do dia da consciência negra acontece e é um malefício ao público brasileiro, haja vista a miscigenação presente no país, valorizar a data é uma forma de memorizar a representatividade eterna que negros e negras têm dentro do sócio espaço da nação verde e amarela. Dessa maneira, os resultados trazem a visão bibliográfica de autores da área educacional e negra, inclinando no leitor a reflexão que se une a importância do falar sobre a cultura preta, concretizando o espaço fidedigno do país como um agente de inclusão vitalícia à sociedade.

Palavras-chave: Racismo, Negritude, Instituições de ensino, Brasil, Consciência.

INTRODUÇÃO

A história do negro no Brasil é algo que se deu por muitos anos como um sofrimento, banalização e ação de tabu, por condicionar o pensamento de diversos descendentes e pensarem criticamente, o que acarretou o desenvolvimento de uma estrutura social de movimentação racista ao ver de diversos brasileiros que hoje se posicionam com palavras, comportamentos e ações afirmativas de apoio a cunho racista. O que se desenrola ao caminhar deste trajeto é a condição de banalizar uma história real e, muitas vezes, não falar dela nem no próprio de se conscientizar e estudar sobre o supracitado. Na escola, isso pode ser um déficit sério e com retorno negativo para a geração futura que irá compor a sociedade verde e amarela.

Historicamente, quando a colonização do Brasil foi iniciada, diversas vezes se ouvia que para ter uma sociedade de sucesso, deveria haver apenas a raça branca, segregado dos espaços públicos e privados pessoas negras e colocando-os à mercê dos donos de terra, que mesmo após a abolição da escravatura, que por sinal o Brasil foi o último país a abolir, estes mesmos donos ainda comandavam e escravizavam de forma implícita diversos pretos que não podiam ter o prestígio de viver em sociedade sem ser discriminado.

¹ Graduando do Curso de **Geografia** da Universidade Federal - RN, davicerqueira583@gmail.com;

Quijano (2005) salienta que a ideia de raça, em seu sentido moderno, não era conhecida antes do Descobrimento da América. Ele argumenta que talvez ela tenha se originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciadas entre esses grupos.

De acordo com Hall (2003, p. 69),

(...) raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo. Todavia, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza.

Perpassando o racismo já iniciado e estruturado desde a colonização e desenvolvimento da eugenia no país, que ocorreu no Brasil fortemente apoiada por ações governamentais da época, a sociedade verde e amarela se encaminha para um forte retrocesso de ações das políticas públicas vivas no país, o golpe militar que foi iniciado em 1964, trouxe diversos malefícios e a consagração, de fato, do tradicionalismo brasileiro que engloba privilégios para pessoas brancas e trata as pessoas pretas sem privilégio algum, de forma a canalizar toda uma conjuntura racista destas pessoas que também são cidadãos locais do território.

Se Quijano (2005) adverte sobre a colonialidade do saber, indagando os processos de dominação colonial e problematizando a ideia de raça na América Latina, podemos dizer que Santos (2009) indaga as dimensões visíveis e invisíveis de como essa colonialidade se mantém. A consideração da Europa ocidental vista como centro da civilização e da ciência moderna é entendida como forma acabada e universal de conhecimento implica a aceitação de que existe uma periferia.

Segundo Achille Mbembe (2018, p. 12) “o negro e a raça têm sido sinônimos no imaginário das sociedades europeias”, representando uma ficção que, ao reduzir o corpo negro à cor da pele, como atributo de não humanidade, produziu inúmeras catástrofes e crimes incalculáveis. Por meio do racismo, nega-se o sujeito negro, tanto física (corpos) quanto subjetivamente (ação do sujeito no mundo social). Em última instância, racismo pode ser considerado como a construção da diferença segundo valores hierárquicos que afirmam a supremacia branca (KILOMBA, 2019, p. 76).

Em 1964, na ditadura militar, a perseguição demasiada em pessoas negras, simplesmente por serem negras, foi descabida e covarde, o que representa e demonstra ainda mais o racismo em evidência em um sócio espaço que, naquele momento era antidemocrático, mas que atualmente sendo democrático, continua com os mesmos resquícios dessas condições estruturadas desde o primeiro governo brasileiro, na colonização.



A prova disto é tão clara, que a própria criação do dia da consciência negra, constitucionalizada somente em 2011, é uma representação de como a graduação e o debate antirracista dentro do país é devagar. A criação do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, foi uma iniciativa do Grupo Palmares, no primeiro encontro deste grupo, que foi fundado em Porto Alegre em 1971, entretanto, a celebração faz parte do calendário escolar desde 2003 e foi instituída em todo Brasil em 2011, vale salientar que não são todas as escolas que lembram do feito.

Seguindo essa linha de raciocínio, e com base em autores como Kilomba (2019), Achile (2018), Quij (2005), Santos (2009), Hall (2003), Mbembe (2018), entre outros, a pesquisa traz a discussão acerca da contextualização do racismo no território brasileiro, assim como, mesmo com a democratização efetiva, os estigmas enraizados historicamente no povo brasileiro, repercute na banalização de comportamentos antirracistas e a não propagação da informação sobre o cerne do racismo no país, nas escolas, tirando o feito do dia da consciência negra.

METODOLOGIA

Foi utilizado o método de pesquisa qualitativo, com a finalidade de analisar teorias de autores sobre a problemática do racismo e como isso, ao refletir na sociedade, interfere na educação do aluno dentro do colégio. Além disso, traz o objetivo de passar ao leitor a importância da conversa sobre o negro nas escolas, assim como, o respeito sobre a data sublime que marca o dia da consciência negra, promovendo ações que perdurem sobre este meio. A finalidade é apresentar respostas que contribuam com os estudantes e docentes, no que concerne a mobilização necessário no meio educacional para que haja revoluções sociais que reproduzam num comportamento de discentes mais justos.

O estudo traz o caráter de revisões bibliográficas, baseado no estudo de diversos autores, como: Kilomba (2019), Achile (2018), Quij (2005), Santos (2009), Hall (2003), Mbembe (2018), Gomes (2001), Paraná (2001), Cavalleiro (2001), Gomes (2003), Vasconsellos (2007), Cashmure (2000), etc. Nesse sentido, trazendo a visão empírica e fatural de como as circunstâncias se voltam para que haja a plena assiduidade de falas que envolvam o movimento negro no âmbito escolar, inclinando-se para que o retrocesso passado não se torne um contínuo presente no Brasil.

“O racismo continua sendo uma implacável e deprimente questão do nosso tempo. São poucos os temas, se é que há outros, que demandam tanta atenção e esforço com tão poucos



frutos. Toda vez que “baixamos a guarda” uma nova descoberta revela a complexidade, a violência e a absoluta obstinação daquilo que se tornou o problema do século XIX.” (CASHMURE et al, 2000. P11)

“Porém, leis sozinhas não bastam. Nessa luta, o papel do docente é fundamental. O professor deve possuir informações, formação, discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade racial e social no país, para contribuição do preconceito e discriminação.” (BRASIL. MEC, 1997 P.4)

REFERENCIAL TEÓRICO

As ações afirmativas são compreendidas aqui, não só como políticas e práticas públicas e privadas que visam à correção e superação das desigualdades impostas, ao longo da história, a determinados grupos sociais e étnico-raciais. Elas são vistas como lócus em que confluem princípios gerais de um outro modelo de racionalidade e saberes emancipatórios produzidos pela comunidade negra e sistematizados pelo Movimento Negro ao longo dos tempos. Saberes que se fazem ausentes dos estudos de formação de professores (as) (GOMES, 2001, apud PARANÁ, p. 51).

Refletir sobre o comportamento social, assim como, debater sobre as diversidades existentes na sociedade que reverberam no comportamento futuro dos alunos que estão inseridos naquela instituição, se torna primordial para que haja o cumprimento da preparação escolar em atingir o preparo de nível social ao comportamento e comprometimento de ações que se inclinam em como a consciência do estudante se dará após a conclusão da educação básica.

A ausência de debates deste tipo só culmina para uma disseminação maior dos antros de discussões que se tornam um tabu, ou são negligenciadas por não serem levadas a serem nem tidas como algo importante para o currículo escolar. É devastador saber que no mundo contemporâneo, no Brasil, poucas são as escolas que falam sobre a negritude no dia cotidiano, ou até mesmo, no dia da consciência negra, marco histórico no país. Isso é comprovado quando, de acordo com as maiores fontes jornalísticas do país, poucas escolas colocam a fala e conversa abertamente sobre esse momento ímpar em sua matriz curricular.

Conforme cita Cavalleiro (2001):

Nas escolas, o racismo se expressa de múltiplas formas: negação das tradições africanas e afro-brasileiras, dos nossos costumes, negação da filosofia de vida, de nossa posição no mundo... da nossa humanidade. Se desejamos uma sociedade com justiça social, é imperativo transformarmos nossas escolas em um território de equidade e respeito; um espaço adequado à formação de cidadãos. (CAVALLEIRO, 2001, p. 7)



Por muitas vezes negligenciada nos livros, falas e ações que são consequências da formação docente, a reprodução de fala e ações que se inclinam a agir e colocar o negro como alguém que tem sua história apagada, reage de maneira a conduzir um pensamento de apagamento histórico no discente, o que é perigoso e reforça ainda mais a necessidade de debates como estes dentro das instituições de ensino, assim como, a data do dia da consciência negra ser respeitada como foi estabelecida.

O campo educacional constitui um caminho que pode desinformar ou informar de modo correto a população sobre informações necessárias para uma sociedade mais justa e igualitária, nesse sentido, agir com representatividade e conhecimento fortalecedor que gere a condição de diversidade no sócio espaço como algo centrado no pensamento dos estudantes inseridos nas escolas, é algo a ser considerado como sublime, seja pelo governo ou sociedade civil.

Nesse sentido, a Lei 10.639/2003 e suas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais constituem ações afirmativas que, segundo Gomes (2008) objetivam a correção de desigualdades como ainda a construção de oportunidades iguais para os grupos sociais e étnico-raciais excluídos historicamente, mas que primam pelo reconhecimento e valorização da sua história, cultura e identidade.

No que diz respeito à relação entre racismo e subjetividade, Fanon (2008) chama a atenção para um ponto importante. Segundo o autor, a subjetividade do negro é marcada por uma neurose tão intensa, que é capaz de gerar uma alienação da sua condição de sujeito negro, levando-o até a pensar sob a ótica da pessoa branca.

Gomes (2003) comenta:

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento Cadernos de Educação, v.19, n. 38, jan.-jun. 2020 119 e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. (p. 77).

No que diz respeito à formação docente e como isso é levado para a sala de aula, sobre isto, Vasconcellos afirma que:

O professor deve se assumir como sujeito de transformação no sentido mais radical (novos sentidos, novas perspectivas e dimensões para a existência, nova forma de organizar as relações entre os homens), e se comprometer também com a alteração das condições de seu trabalho, tanto do ponto de vista objetivo (salário, carreira, instalações, equipamentos, número de alunos por sala, etc.), quanto subjetivo (proposta de trabalho, projeto educativo, relação pedagógica, compromisso social, vontade política, abertura para a mudança, disposição democrática, etc.). (2003, p. 77).



O exercício da docência impõe ao educador a seriedade da sua formação, de acordo com Paulo Freire, na Pedagogia da Autonomia, “a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor” (2007, p. 92).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o sociólogo brasileiro Renato Ortiz, “a questão da raça é a linguagem através da qual se apreende a realidade, ela reflete inclusive o impasse da construção de um estado nacional que ainda não se consolidou.” (ORTIZ, 2003. P.30).

A construção do dia da consciência negra, não foi uma coincidência, motivação ou merecimento, a construção dessa data foi um marco social dentro de um país que por anos, década e séculos tratou o negro de forma a excluí-lo da sociedade, sem privilégios, direitos e prestígio, tratar a data como importante é uma reparação histórica de toda a sociedade para a parcela grande de pretos no Brasil. Nesse sentido, seguindo a linha de raciocínio de que a escola é um centro de preparação para a vida em sociedade e que, dentro de seus parâmetros, o respeito e condições de inclusão é algo primordial para estabelecer medidas necessárias de condicionamento consciente ao público escolar, conversar sobre esse assunto é um meio de abrir as mente ao pensamento crítico.

Ou seja, “o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas” (KARAGIANIS; STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21)

A inclusão é antes de tudo, um processo de se autoanalisar, de procurar no outro o que ele tem a nos oferecer, a forma como vê a vida, as coisas e as pessoas. A inclusão social, portanto, é um processo que contribuiu para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenas ou grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais (SASSAKI, 1998, p. 42).

Ao analisar o contexto escolar atual, as práticas de conjunção construtivas para a mobilização de movimentos da base negra sendo centro de discussões dentro das escolas, é condicional ao comportamento necessário que a escola deve ter. Quando se fala do debate e importância da conscientização no Dia da Consciência Negra, alicerça-se diante do meio atual que engloba o país.

Isso porque com a globalização, internet e meios tecnológicos, todo o acesso se tornou muito mais fácil, hoje em dia não somente se faz mais parte a busca de pesquisa em livros, mas também em parte tecnológicas e internet, que mobiliza ou não públicos, assim como, traz pautas que podem ser falsas ou verdadeiras.

Quando se fala sobre esta demanda, é necessário citar as fake news espalhadas em torno da internet, condicionado o leitor a pensar corretamente ou incorretamente sobre o posto que lhe foi apresentado, quando há a base do saber de informações corretas, constatadas e apresentadas pelo docente, diversas destas são desacreditadas no meio, fazendo com o que o movimento de informações falsas diminuam, sendo isto uma das circunstâncias para se haver, mais uma vez, o levantamento da importância e prática de execução de falas negras dentro da escola, mais ainda, da valorização do dia da consciência negra.

Abordar a temática cultural na sala de aula nos leva ao reconhecimento da diversidade que está fortemente presente em nossa sociedade: na religião, na culinária, no vestuário etc. A diferença cultural de cada povo deve ser vista como algo positivo, pois é ela que torna singular cada cultura, em que “a coexistência da ampla diversidade étnica, linguística e religiosa em solo brasileiro coloca a possibilidade da pluralidade de alternativas” (Brasil, 1997, p. 20).

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem papel crucial a desempenhar nesse processo (...), porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família (Brasil, 1997, p. 21).

Segundo Barbosa (1998, p. 13), “a Educação poderia ser o mais eficiente caminho para estimular a consciência cultural do indivíduo”. Fomentando, mais uma vez, o endosso do discurso presente nesta pesquisa, que é estimular e cobrar a presença de conversas e debates sobre as percepções necessárias que devem ser presentes no meio acadêmico, a valorização da história negra deve ser algo presente nos edifícios escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, é concluído através dos dados bibliográficos que foi apresentado, algo que o título retoma com muita atenção a um pedido plural de diversos negros que vivem no Brasil, consciência. A consciência negra não está somente na busca por desigualdade de preconceitos raciais, mas sim na inclusão da cultura, pessoas e ações que envolvam a comunidade de pretos que são existentes na escola, ao buscar pela valorização do meio



acadêmico, é singular a condição que mostra a importância do movimento em ações integradas que envolve raça e cultura e necessário a extensão desse tópico para além da sala de aula, acionando projetos que envolvam toda a instituição de ensino não somente no dia da consciência negra, mas sim em todos os dias e história que envolvam raça.

É incoerente com o tamanho avanço social tecnológico que houve no mundo, ainda ter ações racistas que estejam inseridas numa tradição institucional escolar, não condiz com as leis, nem com o povo, o respeito que deve ser mútuo. A mesma apresentação e obrigatoriedade dela que há sobre as conquistas e ações de pessoas brancas, deve ser nivelada na proporção do movimento enegrecer que também conquistou diversas coisas, com muita luta árdua, pois sobreviver no Brasil sendo negro é uma luta diária.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Vol. 10. Brasília: MEC/SEF, 1997. 164 p.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil**. São Paulo: Contexto, 2005. 110 p.
- CASHMORE, E. et al. Dicionário de relações étnicas e raciais Tradução de Dinah Kleve. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão**.
- MUNANGA, Kabengele. Educação AntiRacista: **Caminhos abertos para Lei Federal 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 236
- HALL, S. Da diáspora: **identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2003.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278
- SASSAKI, R. K. **Integração e Inclusão: do que estamos falando?** Temas sobre Desenvolvimento, v. 7, n. 39, 1998.
- KARAGIANIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S. Fundamentos do ensino inclusivo. In: STAINBACK, W.; STAINBACK, S. (Orgs.). **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogò, 2019.



VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o Professor? Resgate do Professor como sujeito de transformação.** 10ª Ed. São Paulo: Libertad, 2003.